

## Mecanismos compensatórios do desemprego em Portugal: família e redes sociais.

Laurence LOISON<sup>1</sup>

Os sociólogos descrevem o desemprego, na sociedade francesa, como uma provação<sup>2</sup> visto que ele é, muitas vezes, causa de pobreza e de ruptura dos laços sociais, bem como estigmatiza o indivíduo e põe em questão o seu estatuto social.

À partir dos estudos sociológicos relativos a Portugal e ao contexto económico, político e social deste país, podemos pensar que a experiência do desemprego é diferente da que conhecemos em França. A estrutura do mercado do trabalho caracteriza-se, entre outras dimensões, por maior percentagem de trabalhadores por conta própria e de empregos precários tal como pela existência de uma população activa pouco qualificada. O recurso à mão de obra não declarada é muito frequente. Também, a contribuição do Estado-providência está longe de cobrir as necessidades sociais e do nível atingido nos outros países europeus. Enfim, são numerosos os estudos qualitativos, e quantitativos, que apresentam a sociedade portuguesa como uma sociedade muito coesiva, composta dum tecido social denso.

A hipótese de partida desta investigação é a existência de uma sociedade-civil relativamente solidária em Portugal, no contexto dum Estado-providência fraco. O estatuto do desempregado seria menos difícil para suportar do que em França, dada à forte integração social dos indivíduos, em geral, conjugada com uma actividade subterrânea intensa e uma estigmatização muito fraca na relação com as instituições.

O objecto sociológico deste estudo consiste em aprofundar o sentido que os indivíduos desempregados dão a esta experiência particular da sua vida activa. Tenta-se entender em que medida os indivíduos desempregados se sentem excluídos, estudando o sentido que dão a essas experiências, procurando compreender como constroem as suas identidades. Aprofunda-se a forma como os indivíduos sentem o estigma, como negociam uma margem de manobra face a esta desqualificação social<sup>3</sup>. Interessa também os seus modos de vida e a sua reacção à privação de emprego.

Esta análise é fundamentada principalmente numa abordagem qualitativa através de entrevistas aprofundadas (99) em duas zonas do país : uma zona rural (o Concelho de Belmonte) e uma zona urbana (o Concelho de Cascais). Tenta-se comparar com dados complementares de diferentes investigações quantitativas e qualitativas já existentes em França mas sobretudo em Portugal. Esta metodologia permite aprofundar os questionamentos básicos.

A relação com o fenómeno do desemprego é analisada numa dupla dimensão - macro-social que interacciona com uma dimensão micro-social.

A primeira tem a ver com o contexto institucional e os elementos da morfologia social. Analisa-se o fenómeno do desemprego, no contexto de uma

<sup>1</sup> ISCTE Lisboa - IEP Paris

<sup>2</sup> SCHNAPPER Dominique, *L'épreuve du chômage*, Paris : Gallimard (Col. « Folio »), Primeira edição 1981, Nova edição revista e corrigida 1994, 273p.

<sup>3</sup> PAUGAM Serge, *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris : PUF (Col. "Sociologies"), 1ª edição 1991, Nova edição revista e corrigida 1997, 256p.

"Estudar a desqualificação social ou, noutros termos, o descrédito do que podemos entender, como primeira aproximação, dos que não participam inteiramente na vida económica e social, é estudar a diversidade dos estatutos que os definem, as suas identidades pessoais, quer dizer os sentimentos subjectivos da sua situação pessoal e o que sentem durante as diversas experiências sociais, e enfim as relações sociais que têm entre eles e com os outros."

sociedade salarial inacabada na qual o estatuto do emprego é débil, a economia informal omnipresente e a relação com as instituições, em geral, não estigmatizante. A categoria social do desemprego seria menos construída do que em França, o que permitiria maior distância ao estatuto de desempregado e menor estigmatização. Enfim, é interessante verificar até que ponto a solidariedade é forte e o isolamento pouco presente, e dado que a integração familiar sendo relativamente forte e a solidariedade organizada a partir da família e do trabalho informal, ofereceriam largas possibilidades de compensação frente ao desemprego.

A segunda dimensão faz referência às experiências vividas das populações no desemprego. Elabora-se uma tipologia a partir da experiência pessoal do desemprego em função de dois eixos: o primeiro é o que define a relação com o Estado e o segundo, a relação com a família e os restantes laços sociais.

Não é possível tratar, neste artigo, de toda a informação desta investigação, que é o objecto duma tese de doutoramento em sociologia. Por isso, apresenta-se só uma parte referente ao estudo dos mecanismos compensatórios que a família e as restantes redes sociais utilizam, no limiar das suas possibilidades, para lutar contra os efeitos negativos do desemprego. O desemprego é, muitas vezes, sinónimo de isolamento, em numerosos países da Comunidade Europeia e é importante compreender como as redes de sociabilidade limitam a desinserção social. Por outro lado, não há dúvida de que as relações entre o desemprego e as privações materiais são notórias. Analisa-se a forma como a solidariedade organizada em torno da família organizam estratégias de sobrevivência.

## **Uma sociabilidade intensa.**

### O risco de dissociação dos laços sociais :

Em França, a falta de emprego, quando de longa duração, leva, de uma forma quase inevitável, a uma certa desqualificação social que é acompanhada de uma redução sensível da sociabilidade. O trabalho não é só o meio de assegurar a vida material, e também, uma forma de encontrar pessoas. “A empresa não é só um organismo económico. É verdadeiramente um sítio que junta e integra pessoas e máquinas num projecto racional. Constitui um meio social. A empresa é um dos lugares da socialização, essencial numa sociedade produtivista, tal como a família o a escola.”<sup>4</sup> Assim, a falta de emprego pode ser também a falta de sociabilidade do trabalho. Os desempregados não têm acesso a uma sociabilidade profissional.

As análises mostram que para além disso, os desempregados tendem a isolar-se das suas diversas redes de sociabilidade e da família. Obviamente, este retiro do mundo social é diferente dum indivíduo ao outro.

Nas sociedades em que o assalariamento acabou por ser a norma, o estatuto social do desemprego é desfavorável e estigmatizante. Assim, os desempregados sentem-se mais o menos obrigados a viver esta situação no isolamento, fechando-se na esfera doméstica pois têm vergonha do seu estatuto inferior. A humilhação impede-os de ter o sentimento de pertencer à uma classe social e mantêm uma relação distante com os outros desempregados. No seu conjunto, os desempregados formam uma categoria social heterogénea. Esta distância com os que são os mais próximos das suas condições face ao trabalho aumenta o risco de isolamento social. Mas os desempregados não estão sempre desapossados dos seus laços sociais. Existem formas de compensação à retirada do mercado do trabalho. Em França, esta sociabilidade compensadora organiza-

<sup>4</sup> SAINSAULIEU Renaud, *L'identité au travail*, Paris : Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques (Col. “Références”), 1977, 486p.

se em torno da célula familiar e das relações regulares com os profissionais do social.<sup>5</sup>

Em Portugal, o fenómeno do desemprego é bem diferente. Face a uma sociedade salarial ainda inacabada, os desempregados beneficiam duma maior distância ao estatuto do desemprego do que em França e são muito pouco estigmatizados. Por outro lado, a sociedade portuguesa é muito coesiva. quer dizer, há muito pouco isolamento. Durante a inquirição, em nenhum momento, encontramos indivíduos totalmente privados de contactos sociais. Pela noção de isolamento, entende-se não a situação dos indivíduos que nunca fundaram um casal ou uma família, mesmo se a relação entre os dois elementos é muito estreita ; mas sim a situação referente a pessoas totalmente privadas de um tecido social de inserção e de socialização primária. Isto não quer dizer que os entrevistados não estejam, em larga medida, rodeados de pessoas.

Alguns beneficiam duma rede de relações sociais muito densas, outros não, mas, pelo menos, todos tinham um mínimo de contactos sociais. Nalguns casos, as relações com os profissionais do social podem compensar a falta de relações profissionais, mas, em nenhuma situação entrevistada. constituem a única fonte de sociabilidade e ainda menos, a mais importante.

Para estudar com maior profundidade os mecanismos da inserção social em Portugal, no caso do desemprego, utiliza-se uma tipologia da sociabilidade em diferentes esferas proposta pelo Serge Paugam e a Helen Russel<sup>6</sup>; tal como algumas informações da sua investigação. A primeira esfera de sociabilidade tem a ver com as relações no seio do grupo doméstico. A segunda, é relativa as relações de proximidade (família alargada, amigos, vizinhos). Enfim, a terceira, diz respeito à participação na vida associativa, caracterizada pelos intercâmbios constituídos nos grupos organizados em função de objectivos mais precisos e formalizados.

#### Uma escassa percentagem de grupos domésticos com só uma pessoa :

Dizer que um adulto está a viver sozinho, não significa que seja por isso isolado, desprovido de contactos, privado de sociabilidade. Esta situação pode ser o resultado duma escolha individual na preocupação de autonomia em relação com a família e não é incompatível com uma rede familiar e de amizade densa. Mas o facto de se viver sozinho arrasta consigo todavia, maior probabilidades de ser constrangido e de resultar duma ruptura familiar. Também, vivendo sozinho, o indivíduo está privado da possibilidade de acesso a um certo tipo de sociabilidade quotidiana, equilibrante afectivamente e emocionalmente.

Em situações de desemprego, a probabilidade de viver sozinho é muito fraca em Portugal. Em 1990-91<sup>7</sup>, a percentagem dos grupos domésticos com só uma pessoa em função dos grupos domésticos privados<sup>8</sup> era de 13,8% em Portugal, a taxa a mais baixa depois da Espanha (13,4%), entre os países europeus ; quando ultrapassava os 20% para todos os outros países, exceptuando a Grécia (16,3%).

Em muitos países, a probabilidade de viver sozinho aumenta com o grau de precariedade no emprego : o que, pelo contrario, não é o caso nos países do sul da Europa onde a percentagem dos indivíduos vivendo sozinhos é muito fraca

<sup>5</sup> PAUGAM Serge, ZOYEM Jean Paul e CHARBONNEL Jean Michel, "Précarité et risque d'exclusion en France", in *Documents du CERC*, Paris : La documentation française, n°109, 1993, pp.

<sup>6</sup> PAUGAM Serge e RUSSEL Helen, "The effects of employment precarity and unemployment on social isolation", in GALLIE Duncan e PAUGAM Serge (ed.), *Welfares regimes and the experience of unemployment in Europe*, Oxford : Oxford University Press, 2000, pp. 243-264.

<sup>7</sup> EUROSTAT, *Portrait social de l'Europe*, Luxemburgo, 1995.

<sup>8</sup> A população compõe-se de grupos domésticos privados e de grupos domésticos colectivos. Os grupos domésticos privados podem ser subdivididos em dois grupos : os grupos domésticos familiares e os grupos domésticos não familiares.

(2,8%<sup>9</sup> dos activos inquiridos em Portugal). De facto, entre os desempregados, os que vivem sós, são menos de 2% em Espanha e em Portugal e menos de 5% na Itália e na Grécia. Nestes países, os desempregados continuam a viver com a sua família o que limita bastante o risco de isolamento social mesmo para os que têm poucas relações de amizade e contactos com a família alargada e os seus vizinhos.

A fraca importância dos grupos domésticos com só uma pessoa explica-se pela existência de diversas formas de organização familiar que têm, antes de mais uma função económica - limitar os gastos de alojamento e outras despesas. Mas têm também uma função de protecção dos indivíduos frente aos diferentes riscos sociais tais como o isolamento.

Dois factores parecem estar na origem desta forma de organização familiar. Por um lado, em situações de emprego, e ainda mais no desemprego, os rendimentos dos grupos domésticos são relativamente baixos em comparação com o custo da vida. Portugal caracteriza-se por um Estado-providência mais fraco que nos restantes países do norte da Europa. Claro, as ajudas do Estado existem mas são menos significativas. Os subsídios de desemprego representam uma percentagem não negligenciável do salário (65% do salário de referência) sendo quase igual à dos restantes países europeus, o que a priori é satisfatório. Mas os salários sendo, em geral baixos, os subsídios são-no também. De facto, de uma maneira geral, a situação dos empregados é claramente desfavorável em Portugal em comparação com a dos outros países da Comunidade. Juan Mozzicafreddo<sup>10</sup> nota aliás sobre isso que a diferença situa-se nos níveis salariais comparativos quando falamos da correlação entre as percentagens das transferências monetárias.

Em consequência disso, os grupos domésticos desenvolvem estratégias para não depender muito financeiramente e entre as várias soluções a coabitação é, sem dúvida, uma das mais frequentes. A inquirição demonstrou a que ponto este fenómeno é importante. Não se trata apenas da coabitação prolongada dos jovens em casa dos seus pais já que dois rendimentos no mesmo grupo doméstico são necessários para o aluguer dum alojamento. Os jovens só podem deixar a casa dos pais quando trabalham e vivem em casal com outro activo que tem também rendimentos, por isso, verifica-se a tendência para prolongar a sua coabitação em casa dos seus pais. Entre as entrevistas feitas, só temos quartas pessoas que vivem sozinhas. A mais jovem de entre elas tem 33 anos, o que põe em evidência o facto de que os jovens adultos no desemprego não vivem sozinhos. A maioria deles vivem com os seus pais. Também, entrevistamos um rapaz de 26 anos que vivia com a sua avó e outro que partilhava um apartamento com a sua prima.

Enfim, alguns desempregados viveriam sozinhos se não acolhessem em sua casa um membro da sua família : um filho adulto, um parente idoso... Visto pelo ângulo económico, este acolhimento permite juntar diferentes pequenos rendimentos e limitar os gastos do alojamento e outras despesas. Pode-se afirmar ainda que o acolhimento de um parente idoso no domicílio é muito frequente em Portugal dado que os estabelecimentos especializados são poucos numerosos e muito caros para as famílias<sup>11</sup>. Encontrámos vários grupos domésticos neste caso durante o nosso inquérito. Esta situação permite evitar pagar uma estadia num estabelecimento especializado e umas ajudas a domicílio, juntando a reforma deste parente aos rendimentos do grupo doméstico. Quando os filhos adultos

<sup>9</sup> Os dados estatísticos utilizados neste artigo provêm de :

European Community Household Panel project, 1ª vaga à beira duma população de 18 as 65 anos, 1994.

<sup>10</sup> MOZZICAFREDDO Juan, *Estado-providência e cidadania em Portugal*, Oeiras : Celta (Col. "Sociologias"), 1997, 222p.

<sup>11</sup> TORRES Anália e SILVA Francisco Vieira da, « Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres », *Sociologia. Problemas e práticas*, nº28, 1998, pp. 9-65.

vivem em casa dos pais, podem participar regularmente ou ocasionalmente, e também claro em função dos seus rendimentos, nas diversas despesas da casa.

Por outro lado, uma grande percentagem da população caracteriza-se por uma consciência campesina ainda forte, mesmo se isto tende a diminuir, sobretudo em relação com os jovens<sup>12</sup>. As normas de entreajudas e da integração social ainda são muito fortes, quer dizer que, no caso da coabitação prolongada por exemplo, os pais e - embora um pouco menos - os filhos, julgariam inconcebível uma mudança de casa dos pais no contexto de uma independência tanto económica como social ainda relativa. Esta coabitação reduz consideravelmente o risco de isolamento social quando os indivíduos estão confrontados com dificuldades no mercado do trabalho. Claro que esta situação pode ser aceite com prazer ou com insatisfação, segundo os casos, tudo depende do peso dos constrangimentos que estão em causa em semelhante situação. Durante as entrevistas, encontram-se os dois tipos de reacções face ao fenómeno da coabitação que podem ser analisadas em cada contexto particular.

#### A sociabilidade no seio da comunidade local :

Esta segunda esfera tem a ver com a sociabilidade informal fora do grupo doméstico : as relações de vizinhança, os contactos com os amigos e a família alargada. Cada uma destas categorias tem características diferentes, não obstante, exprimem a mesma ideia de convivialidade nas redes imediatas onde os laços afectivos são geralmente desenvolvidos.

A sociabilidade informal fora do grupo doméstico é nitidamente mais desenvolvida nos países do sul da Europa do que nos países do norte. Constituem uma dimensão importante da participação na vida social, mais considerável ainda nesses primeiros do que nos outros países da União. A percentagem de pessoas em idade de trabalhar que falam quotidianamente com os seus vizinhos são mais elevadas nestes países : 75% na Grécia, 58% na Espanha, 56% em Portugal, 55% na Irlanda e 47% na Itália. Assim também, as percentagens relativas aos encontros com os amigos e os conhecidos são as mais importantes nestes países. Todavia, o fenómeno é menos importante em Portugal do que em França. As percentagens das pessoas em idade de trabalhar que falam com os seus amigos e os seus conhecidos quase todos os dias são de 71% na Irlanda, 64% na França e na Espanha, 58% na Grécia, 44% na Itália e 38% em Portugal.

Em Portugal, a sociabilidade informal fora do grupo doméstico tende a aumentar um com o desemprego. 59% dos desempregados de longa duração e 56% dos indivíduos que têm um emprego estável falam com os seus vizinhos de maneira quotidiana. Durante a pesquisa pode observar-se, aquando da deslocação a casa dos entrevistados, uma certa proximidade afectiva com a vizinhança. O seu conhecimento da situação profissional e familiar, das actividades do entrevistado tal como a sua curiosidade relativamente a nossa visita, testemunham uma preocupação e intercâmbios frequentes. Ademais, durante as entrevistas, pareceu claro que o café e a rua constituem lugares privilegiados para os encontros. Estes espaços não são abandonados durante o desemprego e a presença nestes lugares reafirma, de uma forma quotidiana, os laços com os vizinhos.

Relativamente à sociabilidade com os amigos e os conhecimentos, são 35,5% dos indivíduos em emprego estável que têm encontros quotidianos e 39% dos indivíduos no desemprego desde mais de um ano.

Se comparamos com a situação nos outros países da União Europeia, Portugal apresenta a mesma tendência relativamente à sociabilidade de

<sup>12</sup> Ver entre outros :

ALMEIDA João Ferreira de (1986), HESPANHA Pedro (1994), SANTOS Boaventura de Sousa (1987, 1990, 1993, 1994)...

vizinhança. A França, pelo contrario, constituem uma excepção: aí, os desempregados de curta duração têm tendência para diminuir os seus encontros com os vizinhos. Nalguns países da União, a sociabilidade entre os amigos e os conhecidos pode diminuir durante o desemprego. É o caso da França, da Irlanda e da Grécia.

Este aumento da sociabilidade informal durante o desemprego em Portugal explica-se, entre outras razões, pelo facto de que a sociedade portuguesa está ainda marcada por uma consciência campesina forte. A proximidade afectiva e a convivialidade no seio da comunidade local são importantes e bem desenvolvidas. A biografia de numerosos entrevistados revela uma forte afeição à comunidade local. Muitos deles comparavam subjectivamente as dimensões da sociedade global com as da aldeia. Algumas entrevistas descreveram também a dificuldade de deixar a região de origem para ir trabalhar num outro sitio.

Quer os indivíduos estejam em situação de emprego precário ou no desemprego de curta o de longa duração, têm mais relações com os seus amigos, a sua família alargada e os seus vizinhos do que os que têm um emprego estável. Na situação de emprego precário, são 44% os que se encontram quotidianamente com os seus amigos e conhecimentos e 59% com os seus vizinhos.

Nalguns países, observa-se uma relação negativa entre o trabalho precário (França, Alemanha, Itália, Espanha, Grécia) e os encontros entre os vizinhos, o que não é o caso em Portugal. Esta constatação pode ter diversas explicações mutuamente compatíveis.

A pesquisa permite verificar que os indivíduos em Portugal não aceitam um emprego precário quando este obriga a grandes deslocações. Esta situação é compreensível quando se pensa que a economia informal e a auto-produção são muito desenvolvidas e os indivíduos preferem investir num emprego não declarado, ou/e cultivar a terra, ou/e criar animais, em vez de perder tempo e uma parte do salário, nas deslocações. Durante as entrevistas, encontramos desempregados que não beneficiam de um subsidio e que preferiram recusar um emprego precário, afinal menos remunerador do que as suas actividades informais.

Para além do mais, o trabalho precário está associado a fases de desemprego durante as quais os indivíduos podem reforçar a sua sociabilidade local.

Enfim, as fronteiras do desemprego, em Portugal parecem mais leves. Numerosos são os entrevistados que, ao principio das entrevistas, dizem não estar desempregados, não pela vergonha da situação mas sim porque o facto de exercerem actividades na economia informal o que não correspondia à ideia que tinham da identidade social<sup>13</sup> de um desempregado. Mesmo quando não estão no desemprego, muitos activos trabalham no sector informal e ainda mais quando têm um emprego precário, por consequência, quando estão no desempregado, continuam com essas actividades paralelas. Assim, a experiência subjectiva do desemprego de curta ou de longa duração não é, muitas vezes, muito diferente da do trabalho precário.

O desemprego, em Portugal, não entra em ruptura com a sociabilidade informal, esta constitui uma dimensão importante da integração social. Pelo contrario, tende a formar um terreno favorável ao seu desenvolvimento. Parece que os indivíduos aproveitam o tempo durante o qual estão desempregados para

<sup>13</sup> GOFFMAN Erving, *Stigmaté*, Paris : Minuit (Col. "Le sens commun"), 1ª edição em inglês em 1963, 1975, 175p.

"A rotina das relações sociais nos quadros estabelecidos nos permite ter relações com os outros sem dar-lhes uma atenção o pensamentos particulares. Depois, quando um desconhecido apresenta-se a nós, as suas aparições têm muitas probabilidades para por-nos em medida de prever a categoria a qual pertence e os atributos que possui, a sua "identidade social", porque inclui-se atributos pessoais tais como a "honestidade", o também atributos estruturais com a "profissão".

umentar, e melhorar, os seus contactos no seio da comunidade local. O aumento da sociabilidade durante esta fase da vida activa testemunha também o facto de que o desemprego não é uma experiência estigmatizante em Portugal. A maioria dos indivíduos beneficiam duma distancia importante face ao estatuto do desemprego.

### A terceira esfera de sociabilidade :

O ultimo tipo de sociabilidade considerado é a participação a vida associativa e relaciona-se com o facto de ser membro dum clube ou de uma associação, quer dizer de pertencer à um grupo organizado que tem objectivos formalizados. Este tipo de sociabilidade não é tão importante como a sociabilidade com os amigos e o que nos interessa é de medir a importância dos laços afectivos. Apesar disto, este tipo de sociabilidade reflecte uma forma de interacção no seio do mundo social.

A primeira constatação que se poderá retirar relativamente a pertença a um clube ou uma associação é a diferença que existe entre os países do sul da Europa e os do norte. A participação revela-se nitidamente mais importante nos segundos. É na Dinamarca que a participação é a mais forte com uma taxa de 59% e na Grécia onde é a mais fraca, com uma taxa de 13%. Em Portugal, 18% das pessoas em idade de trabalhar pertencem a um clube ou uma associação. Esta diferença revela o facto de que a participação é mais institucionalizada nos países do norte do que nos países do sul onde a sociabilidade informal é organizada a volta das relações de amizade. Por isso, a participação aos clubes e as associações não tem o mesmo sentido sociológico em cada um dos países.

O desempregado de longa duração (9% de entre eles participam a vida associativa) em Portugal tem um laço mais fraco com os clubes e as associações que o indivíduo em emprego regular (20%). Mas este coeficiente é pouco significativo dado que este tipo de sociabilidade é relativamente raro para todos os indivíduos, quer estejam empregados ou desempregados. É importante notar que o impacto varia muito de um país para o outro. Um baixo nível de participação na vida associativa não tem o mesmo significado num país onde este modo de intercâmbio é geralmente desenvolvido, em comparação com um país onde é uma dimensão importante da integração social.

O guião de entrevista utilizado foi largamente inspirado por um outro guia que já tínhamos utilizado para entrevistas em França<sup>14</sup> e as perguntas relativas à participação na vida associativa não foram modificadas. Fomos surpreendidos pelas respostas dos entrevistados em Portugal que apresentavam um desinteresse nítido por este assunto em comparação com os entrevistados franceses. Percebeu-se rapidamente que era inútil aprofundar este tema durante as entrevistas dado que este modo de participação na vida social tem um estatuto menor.

### Três experiências de desemprego :

Em Portugal, desemprego não rima com grupo doméstico de uma só pessoa. As relações interpessoais, a segunda esfera de análise, também não se encontram afectadas pelo fenómeno. Enfim, no desemprego como no emprego, a participação a vida associativa é fraca. Poder-se-á dizer que, em geral, não há precarização social na situação de desemprego. Mas esta afirmação precisa ser relativizada já que a condição social do desemprego é vivida de uma maneira diferente segundo os indivíduos. Alguns sentem-se humilhados no desemprego e têm tendência para diminuir os seus contactos.

<sup>14</sup> LOISON Laurence, Integração nas redes de entajuda e experiência dum dispositivo de ajuda social : o *Revenu Minimum d'Insertion*, Tese de mestrado efectuada sob a direcção do Professor Marco Oberti, IEP Paris, 1997.

A partir das entrevistas realizadas, pode-se elaborar uma tipologia das diferentes experiências vividas de desemprego encontradas, a cada um desses tipos corresponde um modo de participação a vida social. Para os que fazem a experiência do “desemprego negociado” (tipo ①), a sociabilidade quase não é modificada, mas para outros, o “desemprego transformado” (tipo ②) oferece a ocasião de investir-se nas relações de sociabilidade, em particular no seio da família. Outros ainda vivem a humilhação do “desemprego angustiado” (tipo ③) e têm tendência para fechar-se na esfera familiar.

Muito pouco estigmatizado, o “desemprego negociado” corresponde a um estatuto de passagem para os que o experienciam. Este tipo de desemprego é relativamente bem vivido pois que é encarado como breve. Os indivíduos que fazem esta experiência, compensam mais o menos a situação, graças a sua integração nas redes de sociabilidade e lamentam a perda das relações profissionais porque gostavam muito da convivialidade que encontravam no trabalho. Aliás, muitas vezes, consideram os seus antigos colegas como amigos e o desemprego não mudou o seu modo de inserção em nenhuma esfera de sociabilidade. Os que viviam em casal, ou em casa dos pais antes do desemprego, continuaram nesta situação. Algumas vezes, outros tiveram que juntar-se de novo aos pais. Relativamente à família alargada, os amigos (excepto os colegas de trabalho) e os vizinhos, a frequência dos encontros não foi modificada.

Os indivíduos que fazem a experiência do “desemprego transformado” sentem-se pouco estigmatizados e encontram fortes compensações nas suas redes sociais tendo tendência para aumentar os seus intercâmbios. Trata-se de indivíduos que têm quase a idade da reforma, de mulheres que têm filhos pequenos ou de jovens poucos qualificados que preferem, no momento, trabalhar na economia informal em vez de aceitar um emprego precário no sector ilegal. As pessoas que chegam ao fim da sua vida activa passam o seu tempo nos cuidados aos membros da família próxima ou alargada e as mulheres aproveitam de um subsídio ou do rendimento do grupo doméstico o que é suficiente, para ficar alguns tempos em casa, tendo ao mesmo tempo actividades no sector informal. O desemprego transformado permite dedicar-se à família e à sociabilidade local.

Enfim, encontramos também um “desemprego angustiado”, bastante estigmatizado, que corresponde a uma situação mal vivida pelo indivíduo mais do que pelos seus próximos. Apesar de fortes tensões no seio do grupo doméstico, os indivíduos continuam a beneficiar de uma ajuda afectiva e do apoio das pessoas em casa. Esses desempregados têm tendência para isolar-se e fugir dos amigos e dos vizinhos mas ficam integrados no seio da comunidade local por intermédio dos outros membros do grupo doméstico.

Esta tipologia prova que as formas de viver o desemprego são diversas. A humilhação experimentada durante a perda de emprego, pode levar um certo retiro do mundo social pese embora que as pessoas estejam integradas socialmente e continuem a participar nos diversos intercâmbios sociais e a ser integradas na comunidade local. Assim, não se pode falar de isolamento social no caso do desemprego em Portugal mas sim de fragilização do tecido social nalguns casos.

### **A solidariedade organizada à volta da família e da economia informal.**

O conceito de “sociedade-providência”<sup>15</sup> foi utilizado, muitas vezes, na sociologia, para designar a sociedade civil portuguesa. É pena que os sociólogos

<sup>15</sup> SANTOS Boaventura de Sousa, “Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal”, *Novos estudos*, nº34, Novembro de 1992, pp. 136-155.

“Entendo por sociedade-providência as redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais



portugueses não tenham desenvolvido esta problematização de Boaventura de Sousa Santos que já lhe tinha dado uma primeira definição, dado que há muitas situações que se podem referenciar a este conceito. Com o tempo, o conceito carregou-se de diversos sentidos, impregnados dos diferentes contextos nos quais foi utilizado, apesar disto, e de uma maneira geral, os estudos que fazem referencia a este conceito, utilizam-no retratando uma sociedade relativamente rica em relações de sociabilidade e em redes de solidariedade.

Relativamente as redes de sociabilidade, acabamos de ver que a sociedade portuguesa é muito coesiva sendo bastante densa em laços sociais, mesmo nas situações de precariedade profissional.

O desemprego, quando demorado, pode ser dramático a nível financeiro visto que os que nunca trabalharam não beneficiam do subsídio e os outros recebem-no durante algum tempo, definido pela lei, para depois perder este direito. Aliás, o seu montante é relativamente baixo pois que é calculado em função do antigo salário. Assim, os desempregados, são obrigados a viver com meios restringidos. Já se viu como a sociedade civil ajuda os desempregados e em que medida pode atenuar as situações económicas difíceis dada a ausência de respostas integradas e satisfatórias do Estado-providência.

Na sociedade portuguesa, tal como as relações de sociabilidade, as redes de solidariedade são densas e para permanecer, os contactos sociais devem ser realimentados duma maneira regular. É um processos activo. Acontece o mesmo para a integração nas redes de solidariedade que constituem uma organização social activa. Não é possível acreditar que as pessoas poderiam beneficiar, de uma maneira passiva, pelo nascimento por exemplo, ou pela terra de origem, de diversas ajudas que vêm do tecido social e que compensariam as fraquezas do Estado-providência. É melhor considerar o fenómeno da entreatajuda como uma sinergia que não existe sem constrangimentos, um conjunto de estratégias elaboradas pelos grupos domésticos para diminuir as suas dificuldades económicas.

Em Portugal, menos de 2% dos desempregados vivem sozinhos. Parece mais judicioso observar as diferentes estratégias não só ao nível das pessoas a que diz respeito mas sim aos grupos domésticos aos quais pertencem. É preciso considerar as interações no seio dos grupos domésticos tal como os intercâmbios que têm com o exterior.

Diversos meios permitem aos grupos domésticos compensar a falta de dinheiro causada pelo desemprego. Trata-se da economia doméstica, do trabalho clandestino, dos intercâmbios com os outros grupos domésticos, da entreatajuda laboral e familiar, da pluriactividade e das diversas combinações possíveis entre essas principais fontes de rendimento. Para simplificar, distinguem-se os meios segundo a sua relação com os membros do grupo doméstico ou com pessoas de outros grupos domésticos.

#### Os meios que só têm a ver com os indivíduos do mesmo grupo doméstico.

As estratégias adoptadas pelas famílias para lutar contra a crise financeira ligada ao desemprego consistem em duas dimensões fundamentais: evitar gastar o pouco dinheiro que têm e tentar auferir rendimentos por diversos meios. O peso de cada um dos dispositivos depende, antes de tudo, das necessidades mas também da composição do grupo doméstico, da idade dos indivíduos, do seu estado de saúde e das suas capacidades a exercer uma actividade produtiva.

---

trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss.”

## **Restrições e produções domésticas :**

As dificuldades financeiras ligadas ao desemprego são compensadas, em primeiro lugar, pela limitação dos gastos. Isto traduz-se, por um lado, pelo não consumo e por outro lado, pela produção pelo próprio grupo doméstico de alguns produtos que está a precisar.

Os grupos domésticos restringem as suas despesas. As mudanças mais importantes têm a ver com as despesas julgadas inúteis: os lazeres são limitados e as saídas têm uma tendência para mudar, sendo as compras realizadas em função das estritas necessidades.

Alguns vão até por em causa a compra de produtos de primeira necessidade. Lembremo-nos que se trata de uma população que já tinha um nível de vida bastante baixo antes do desemprego. O despedimento terá levado a perda dum rendimento indispensável para o grupo doméstico, sendo assim, as condições de alojamento, a alimentação ou mesmo a saúde podem diminuir. Os produtos alimentares feculentos são preferidos às proteínas animais por exemplo, a compra de medicamentos podara ser diferida ou mesmo anulada. O alojamento será exíguo e em mau estado. As condições de vida de alguns entrevistados chocaram-nos durante nossa investigação, tão grande era a situação de carência.

Muitos reforçam a estratégia que, muitas vezes, já tinham antes de ser despedidos e produzem eles mesmo actividades e produtos para não ter que comprar tudo o que necessitam. Outros produtos e serviços são, também, fornecidos pelos outros membros do grupo doméstico.

As produções domésticas mais frequentes, em meio rural sobretudo, são a criação de animais e a jardinagem/horta e são actividades tanto de homens como de mulheres porque, muitas vezes, é o produto dum entreajuda dos diferentes membros do grupo doméstico. Obviamente, esta produção é possível só se o grupo doméstico tem terra suficiente, quer dizer, muitas vezes em meio rural. Em Belmonte, numerosas são as famílias entrevistadas que se alimentavam quase exclusivamente daqueles produtos de autoconsumo. Evitavam gastar uma parte importante dos seus rendimentos e generalizavam a criação de porcos, ovelhas, galinhas e coelhos... e matavam e preparavam a carne. Cultivavam frutas e legumes e preocupavam-se também com as transformações necessárias a estos produtos (vinificação...). Os sociólogos utilizaram o termo de “pequena agricultura de subsistência”<sup>16</sup> para designar as actividades que permitem minorar as dificuldades dos baixos salários e os baixos montantes dos diferentes subsídios pagos pelo Estado (desemprego, doença, reforma...). Essas actividades agrícolas explicam também a ausência de sentimento de pertença de classe nos meios operários portugueses. Os laços intensos com a agricultura levaram uma consciência camponesa muito forte entre a população a uma indefinição das situações de pertença.

Mais especificamente feminina é a actividade de confecção de roupa e numerosas são as mulheres, sobretudo as que têm mais de 40 anos, que fazem as suas roupas e as dos seus filhos.

Existem também muitos outros serviços produzidos no seio do grupo doméstico. Trata-se de corte de cabelo, de remendar a roupa, de reparação de carros... Os exemplos encontrados durante a investigação são extremamente numerosos.

## **Ganhar dinheiro por outros meios**

Os grupos domésticos tentam auferir rendimentos através de diversos meios. Na maior parte dos casos, é o desempregado mesmo quem, pelos biscates, traz dinheiro para compensar a perda dada ao despedimento.

---

<sup>16</sup> Ver nota nº11.

Os biscates são variados e os mais frequentes são, para os homens, os que dizem respeito à construção civil e, para as mulheres, a costura, cuidar de crianças, actividades de limpeza. Em Belmonte, para os homens como para as mulheres, há muitos biscates que têm a ver com o trabalho nos campos; e para as mulheres em particular, os que estão relacionados com o trabalho ao domicílio na indústria têxtil. As entrevistas indicaram que existe uma multidão de actividades informais que vão desde a animação numa discoteca passando pela pastelaria, pela reparação de carros, o descarregar de camiões, decorações de lojas, as explicações...

Segundo as suas necessidades e o seu valor no mercado do trabalho informal, o indivíduo pode trabalhar a tempo inteiro ou só algumas horas por semana. De facto, o mercado dos biscates não funciona de outra maneira que o mercado do trabalho declarado. Os que encontram facilmente trabalho na economia informal, durante o desemprego, são também aqueles que têm mais possibilidades para encontrar um trabalho declarado. São muitas vezes jovens, de boa saúde e que têm competências em domínios particulares. Às vezes, os mais ocupados na economia informal preferem ficar no desemprego (mesmo se não recebem um subsídio) em vez de ganhar o salário mínimo num emprego declarado tão pouco qualificado e que precisará provavelmente de gastos de deslocações. Para os mais idosos e as pessoas que têm problemas de saúde, as possibilidades de encontrar biscates são mínimas. Para todos, essas actividades são o produto duma escolha constrangida, motivada por razões económicas e financeiras mais do que por razões pessoais. Os indivíduos sabem que não serão cobertos pela lei no caso de litígio com o empregador e que nem poderão beneficiar duma cobertura social no caso dum acidente ou duma doença.

Verificou-se a existência de maior possibilidade de biscates em zona urbana do que em zona rural, o que parece relacionado com uma maior impossibilidade em assegurar a sobrevivência através do cultivo ou criação de animais para autoconsumo. As deslocações são também mais fáceis em zona urbana comparativamente a uma zona rural e os urbanistas beneficiam de uma diversidade maior de ofertas de ocupação remunerada.

Quando o desempregado tem poucas possibilidades para ser empregado no mercado do trabalho clandestino, pode ser utilizado também no seio do grupo doméstico como força de trabalho suplementar. Terá que se disponibilizar para os outros para que eles possam ganhar mais dinheiro. Poderá ser-lhe pedido ajudar um membro do grupo doméstico no seu trabalho de cuidar das crianças, fazer as tarefas domésticas ou outras produções domésticas, para que outros possam fazer horas suplementares ou biscates.

Cada grupo doméstico elabora uma estratégia, em função das suas possibilidades e das suas necessidades, para que os recursos não sejam muito afectados pelo desemprego de um dos seus membros. "A organização inspira-se mais numa preocupação em assegurar a cada um dos membros do grupo familiar os meios para conseguir sobreviver mais do que a realização prioritária dum lucro máximo."<sup>17</sup> Os desempregados sentem-se estimulados pela obrigação de ser activos e de participar nessas diversas actividades que ajudam o grupo a procurar-se novos recursos. Os indivíduos têm, por vezes, que aceitar condições de vida extremamente difíceis. Encontrámos, por exemplo, um homem, antigo alcoólico, que trabalha às vezes num bar quando a sua família precisa dinheiro. Situações similares são relativamente frequentes, apesar disto, as pessoas sentem-se úteis e profundamente inseridas a redes de sociabilidade. Essas redes diversas têm um carácter local.

---

<sup>17</sup> LAVILLE Jean Louis (dir.), *L'économie solidaire : une perspective internationale*, Paris : Desclée de Brouwer, 1994, 334p.

### Os intercâmbios com os outros grupos domésticos :

Se a entreajuda é a mais forte no seio dos grupos domésticos, não é por isso que não existe entre os diferentes grupos. Como o desemprego é pouco estigmatizado, a situação não limita a solicitação a ajuda : mesmo quando está em causa o “desempregado angustiado”. De facto, neste caso, os indivíduos, mesmo se se sentem estigmatizados, ficam integrados nas suas redes de solidariedade por intermédio dos outros membros do seu grupo doméstico.

A entreajuda inter-grupos mais frequente e a mais importante vem da família. O grau de parentesco define direitos e obrigações em relação à ajuda. É entre os pais e os filhos, e duma maneira indirecta os netos, que as ajudas são as mais importantes. As ajudas entre irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas já não são tão importantes. Dever-se-à relembrar também as manifestações de entreajuda com os amigos e os vizinhos. Neste caso, é questão de trocos que não são sempre recíprocos e muito frequentes.

Existem diferentes tipos de ajudas. Para clarificar esta apresentação, utilizaremos a tipologia do Jean-Hugues Déchaux<sup>18</sup> que distingue os serviços materiais, dos serviços relacionais e das ajudas financeiras. Os serviços materiais “implicam a realização duma actividade positiva operando sobre resultados tangíveis.” Os serviços relacionais consistem em colocar-se em situação de interacção e em dar informação. As ajudas financeiras dizem respeito a apoios diversos tanto financeiros como materiais.

Jean-Hugues Déchaux classifica também as ajudas na família segundo as suas funções. Encara as funções sob o ângulo do beneficiário e da sua relação com a vida social: seja a ajuda na protecção face a riscos sociais ou noutros acasos a facilitação da inserção no seu meio social. No caso do desemprego em Portugal, é interessante notar que tal como na entreajuda no seio dos grupos domésticos, a entreajuda entre os grupos domésticos tem, na maioria dos casos, uma função de protecção. Quer dizer que as necessidades são tão grandes et as possibilidades de ajuda tão limitadas, que a entreajuda tem quase sempre, antes de mais, uma função de protecção contra os acasos da vida social. A primeira função não é inserir o indivíduo no seu meio social, mas de preferencia impedir uma crise. Por outro lado, como esta protecção dos indivíduos tem um caracter local, tem por consequência de manter laços sociais muito fortes na comunidade local. O indivíduo encontra-se então bem inserido a nível familiar e local.

O contendo das ajudas é variado. Os serviços relacionais são os mais difíceis de distinguir e quantificar. Consistem em dar informações e estabelecer contactos para a inserção no mercado do trabalho declarado ou no mercado do trabalho informal. Têm, muitas vezes, uma função protectora. Relativamente ao trabalho clandestino, trata-se de ajudar a enfrentar dificuldades. No caso do trabalho declarado, de uma maneira geral, será questão ajudar a encontrar um emprego do mesmo nível de qualificação que o que exercia e neste caso, a assistência não é ao nível da inserção mas da protecção. Nos meios mais favorecidos, os indivíduos podem beneficiar de informações relativamente a formação profissional, ou ter novos contactos para percursos de mobilidade social. A ajuda terá então um caracter de inserção.

Os serviços materiais são os mais diversificados. Consistem, muitas vezes, em intercâmbios entre os grupos domésticos a nível da produção doméstica. É alias, o domínio em que os desempregados são mais activos nos intercâmbios entre os grupos domésticos e são tão recebedores como prestadores de serviços. Vejamos a propósito disto que os desempregados ocupam-se muitas vezes em cuidar das pessoas quer seja a guarda de crianças doentes, de acompanhamento de uma pessoa, de cuidados diversos a uma pessoa idosa... Já citamos o caso dos grupos domésticos que acolhem um parente idoso em casa. Em contrapartida

<sup>18</sup> DECHAUX Jean-Hugues, “Les trois composantes de l'économie cachée de la parenté : l'exemple français”, in *Recherches sociologiques*, n°3, 1994, pp. 37-52.

destes cuidados, beneficiam de um rendimento suplementar : a reforma deste membro da família. Há também serviços cuja reciprocidade não é tão visível. A guarda duma criança doente poderá ser compensada por alimentação, por exemplo. Sublinha-se também que a entreeajuda, a nível dos serviços, pode, muitas vezes, reforçar os laços entre o indivíduo e a sua rede de parentesco. Por exemplo, uma mulher desempregada, vivendo no Concelho de Cascais, cuja família de origem ficou no Alentejo. Desde que não tem emprego, esta mulher vai, muitas vezes, alguns dias, cuidar do seu pai acamado e devido a isso, os intercâmbios com os seus irmos et irmãs encontram-se multiplicados.

Os fenómenos de entreeajuda, na agricultura, são também muito numerosos. Realizaram-se as entrevistas durante a época da colheita das azeitonas e foi claro que os indivíduos faziam o trabalho em grupo, indo um dia para a quinta de um e noutro para a quinta de outro. Quando não têm eles mesmos um olival, propõem-se participar na colheita em troca de alguns litros de azeite. Enfim, existem uma diversidade de outros serviços tal como as ajudas para as deslocações de carro...

Estas trocas de tempo e de saber-fazer contra produtos ou outros serviços materiais, alimentam uma sociabilidade intensa e através disso os indivíduos participam plenamente na vida social e sentem-se úteis, o que permite viver relativamente serenamente este período durante o qual não têm emprego.

Enfim, as ajudas financeiras são muito variáveis no seu montante real ou equivalente. Alguns podem beneficiar de um empréstimo de alojamento, outros de alimentação, de roupa, de brinquedos... É, outra vez, mais uma função protectora do que de inserção.

### Mas o sistema de entreeajuda é desigualitario...

As famílias mostram muita boa vontade e fazem inúmeros sacrifícios para ajudar um dos seus no desemprego mas só podem contribuir em função das suas possibilidades : tempo, saber-fazer, meios financeiros e materiais, relações. Algumas famílias são menos dotadas que as outras de capital social, cultural, financeiro<sup>19</sup>, o que reforça as desigualdades.

Um número razoável têm rendimentos muito baixos. A taxa de pobreza, em Portugal, estava, em 1993, de 29%<sup>20</sup>. Em 1998, o salário mínimo nacional era de 58 900\$ para o conjunto das actividades económicas e de 54 100\$ para os serviços domésticos o que significa que aqueles cuja família tem meios, podem esperar mais facilmente para encontrar um emprego que convém ou melhor ainda, fazerem uma formação. Os outros deverão aceitar trabalhos difíceis no sector informal antes de encontrar um emprego mais ou menos bem adaptado às suas competências, em condições mais o menos aceitáveis, no mercado do trabalho legal, mesmo se têm que reformular os seus projectos profissionais.

Observa-se, assim, uma desigualdade entre as diversas categorias sociais. A entreeajuda, para as famílias modestas, é limitada pelos meios financeiros bastante fracos, por redes de relações, pela restrição de acesso às informações e pelas fracas possibilidades de ajuda doméstica dada a falta de saber-fazer e de competências. Entre os mais velhos, há uma forte proporção da população é analfabeta na medida em que , ainda hoje, assistimos a uma proporção importante de abandonos escolares<sup>21</sup> e de baixos níveis de qualificação

<sup>19</sup> BOURDIEU Pierre, *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris : minuit (Coll. « Le sens commun »), 1979, 670p.

<sup>20</sup> EUROSTAT, PCM, 1ª vaga, 1994, Limiar da pobreza : 50% do rendimento medio, escala do OCDE « modificada ».

<sup>21</sup> ALVES Natália, "Escola e trabalho : atitudes, projectos e trajectórias", in CABRAL Manuel Villaverde e PAIS José Machado (coord.), *Jovens portuguesas de hoje*, Oeiras : Celta (Col. "Estudos sobre juventude"), 1998, pp. 53-133.

profissional<sup>22</sup>. Como podem ajudar, os pais que deixaram o seu filho acabar a escola aos 14 anos para ir a trabalhar ilegalmente nas obras da construção civil? Um dos casos entrevistados de um jovem homem ilustra perfeitamente a desigualdade que existe entre as diferenças categorias sociais.

Por outro lado, as ajudas são localizadas. Os indivíduos, para poderem beneficiar da ajuda dos seus parentes, devem residir numa zona geográfica limitada, os que se afastam só dificilmente podem aproveitar das ajudas. Uma mulher jovem, recém licenciada em gestão das empresas, confiou-nos que a sua procura de emprego era limitada a uma certa área geográfica já que os seus pais vivem no Concelho de Belmonte e de momento, ela não tem os meios para alugar um alojamento numa outra região. O carácter local das ajudas causa alguns problemas no caso das gerações que emigraram e pode acontecer que um indivíduo esteja isolado da sua família porque foi viver no estrangeiro ou ficou numa zona interior do país.

Enfim, poder-se-á afirmar que as diferenças entre as gerações são menos importantes que em França. Os mais jovens beneficiam de mais ajudas porque vivem, muitas vezes ainda, em casa dos seus pais e por isso, são considerados como dependentes. Mas a entreaajuda não funciona unicamente no sentido pais/filhos. Entrevistaram-se muitos grupos domésticos que recebem ajuda dos seus filhos adultos. Um homem de 61 anos contava, por exemplo, que o seu filho fazia, para além do seu emprego de electricista, alguns biscates e desta maneira, conseguia ajudar os seus pais sem emprego. Uma mulher desempregada, no fim da sua vida activa sublinhava também que os seus filhos pagavam a sua renda de casa na medida em que não tinha meios para pagar.

E difícil dizer se as ajudas dependem do sexo do indivíduo dado que os indivíduos no desemprego não vivem sozinhos. Assim, é o grupo doméstico ao qual pertence o indivíduo que é ajudado. Nesta investigação, não se notou qualquer diferença segundo o género do indivíduo. Mas parece poder afirmar-se que as mulheres são mais activas quando se trata de dispensar ajuda doméstica e fazem um investimento mais forte do que os homens nas redes de solidariedade. Isto penaliza-as fortemente ao nível da sua inserção profissional e da sua qualidade de vida.

A ajuda informal não é um direito, para que seja possível, tem que haver indivíduos suficientemente próximos afectivamente, que sentem um dever moral relativamente ao indivíduo que precisa. A existência de conflitos numa família pode afastar completamente qualquer ajuda a uma pessoa desempregada. Acontece o mesmo se as pessoas julgam que o desempregado tem culpa da sua situação.

Enfim, a pessoa que recebe sente-se obrigada aos seus benfeitores e tem uma impressão de dívida frente aos que lhe darão apoio. Este sentimento de dívida é difícil de suportar quando a identidade social do dador não corresponde às normas que os actores têm integradas. Homens em boa saúde terão, por exemplo, muitas dificuldades para aceitar que a sua mulher seja o único activo a trazer dinheiro no grupo doméstico. Falando da sua mulher, um homem de 52 anos, desempregado desde 3,5 anos dizia assim de forma grave: “agora, minha mulher é uma mulher-homem”. As pessoas que ajudam o desempregado não vão incomodar-se para lhe dizer que a sua procura de emprego não é suficientemente activa ou que passa os seus dias a

Passear por exemplo. Este controle social é extremamente pesado para os indivíduos no desemprego e ameaça, sem cessar, a sua integridade. Em qualquer momento, sentem-se ameaçados pela ingerência, na sua vida pessoal e do grupo social de que dependem. De certa forma este controle social impede a estagnação do sujeito porque está vigiado e sobre ele a ameaça de ser objecto

<sup>22</sup> RODRIGUES Maria João e LOPES Helena, *La place de l'entreprise dans le processus de la formation professionnelle. Effets formateurs de l'organisation du travail*, Lisboa : Centre européen pour le développement de la formation professionnelle, DINAMIA, 1993, 132p.

de observações. A pessoa no desemprego, sente-se obrigada a ser activa e a participar na vida social que está a sua volta e assim, apesar de ser pesada a ajuda que recebe, ela reforça a sua integração nas redes de sociabilidade.

Poder-se-á dizer que a solidariedade organizada à volta da família e da economia informal é forte, no sentido em que os indivíduos se implicam fortemente nas redes de entreajuda. Torna-se claro que todas as famílias não têm os mesmos meios para ajudar os indivíduos no desemprego, como seria desejável. Para algumas, isto traduz-se por um esforço razoável e para muitos a entreajuda representa enormes sacrifícios e a aceitação de actividades ilegais, às vezes, em condições extremamente difíceis. A entreajuda nestas situações reforça as desigualdades no seio da sociedade. A contrario da opinião expressa por muitos sociólogos, no decurso desta investigação torna-se claro que mesmo extremamente fortes, as redes de solidariedade, na sociedade portuguesa, não compensam as deficiências do Estado-providência. As ajudas dispensadas pela sociedade civil são desiguais e não constituem um direito, o que é em contradição com a concepção da ajuda própria aos Estados-providência. A ajuda dispensada pelos Estados-providência é um direito de cidadão e tem, entre outros objectivos, o de atenuar as desigualdades entre os cidadãos.

Sublinha-se, pelo contrario, que estas diferentes manifestações de solidariedade têm por consequência fortes sentimentos de pertença às comunidades de origem e aos espaços locais. Os indivíduos sentem-se então inseridos socialmente e assim, em situações como o desemprego nas quais os indivíduos poderiam ter tendência em isolar-se, a obrigação de entreajuda e o controle social que está associado, reforçam os laços sociais. Se se encontram muitas dificuldades económicas dada a perda do emprego, não se encontram confrontados nem isolados dada a forte integração social de que beneficiam. Por outro lado, a estigmatização pelo facto de ser desempregado – dada a forte distancia que há relativamente ao estatuto do emprego e ao tratamento social das instituições do Estado-providência - não é muito forte. Isso todo faz que a experiência vivida do desemprego é pouco angustiante do ponto de vista social em Portugal.

## Referencias bibliográficas

ALMEIDA João Ferreira de, *As classes sociais nos campos : camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa : Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, 544p.

ALVES Natália, “Escola e trabalho : atitudes, projectos e trajectórias”, in CABRAL Manuel Villaverde e PAIS José Machado (coord.), *Jovens portuguesas de hoje*, Oeiras : Celta (Col. “Estudos sobre juventude”), 1998, pp. 53-133.

BOURDIEU Pierre, *La distinction. Critique social do jugement*, Paris : Minuit (Col. “Le sens commun”), 1979, 670p.

COENEN-HUTHER Josette, KELLERHALS Jean e ALLMEN Malik von, *Les réseaux de solidarité dans la famille*, Geneva : Réalités sociales, 1994.

DECHAUX Jean-Hugues, “Les trois composantes de l'économie cachée de la parenté : l'exemple français”, in *Recherches sociologiques*, nº3, 1994, pp. 37-52.

European Community Household Panel project, 1994, 1ª vaga à beira duma população das 18 as 65 anos.

EUROSTAT, *Portrait social de l'Europe*, Luxemburgo, 1995.

GOFFMAN Erving, *Stigmaté*, Paris : Minuit (Col. “Le sens commun”), 1ª edição em inglês em 1963, 1975, 175p.

HESPANHA Pedro, *Com os pés na terra. Práticas fundiárias da população portuguesa*, Porto : Afrontamento (Col. "Saber imaginar o social"), 1994, 266p.

LOISON Laurence, *Intégration à des réseaux d'entraide et expérience vécue d'un dispositif d'aide sociale : le RMI*, Tese de mestrado realizada sob a orientação do Professor Marco Oberti, IEP Paris, 1997.

LAVILLE Jean-Louis (dir.), *L'économie solidaire : une perspective internationale*, Paris : Desclée de Brower, 1994, 334p

MOZZICAFREDDO Juan, *Estado-providência e cidadania em Portugal*, Oeiras : Celta (Col. "Sociologias"), 1997, 222p.

PAUGAM Serge e Helen RUSSEL, "The effects of employment precarity and unemployment on social isolation", in GALLIE Duncan e PAUGAM Serge (ed.), *Welfare regime and the experience of unemployment in Europe*, Oxford : Oxford University Press, 2000, pp. 243-264.

PAUGAM Serge, *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris : PUF (Col. "Sociologies"), 1ª edição 1991, Nova edição revistada e corrigida 1997, 256p.

PAUGAM Serge, ZOYEM Jean Paul e CHARBONNEL Jean Michel, "Précarité et risque d'exclusion en France", *Documents du CERC*, Paris : La documentation française, nº109, 1993, pp.

RODRIGUES Maria João et Helena LOPES, *La place de l'entreprise dans le processus de la formation professionnelle. Effets formateurs de l'organisation du travail*, Lisboa : Centre européen pour le développement de la formation professionnelle, DINAMIA, 1993, 132p.

SAINSAULIEU Renaud, *L'identité au travail*, Paris : Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques (Col. "Références"), 1977, 486p.

SANTOS Boaventura de Sousa, "Etat, rapports salariaux et protection sociale à la semi-périphérie. Cas du Portugal", in *Peuples méditerranéens*, nº66, Janeiro-Março de 1994, pp. 23-66.

SANTOS Boaventura de Sousa, *Portugal, um retrato singular*, Porto : Afrontamento (Col. "Saber imaginar o social"), 1993, 635p.

SANTOS Boaventura de Sousa, "Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal", in *Novos estudos*, nº34, Novembro de 1992, pp. 136-155.

SANTOS Boaventura de Sousa, *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto : Afrontamento, 1990, 266p.

SANTOS Boaventura de Sousa, "O Estado, a sociedade e as políticas sociais. O caso das políticas de saúde", in *Revista crítica de ciências sociais*, nº23, Setembro de 1987, pp. 13-74.

SCHNAPPER Dominique, *L'épreuve du chômage*, Paris : Gallimard (Col. "Folio actuel"), 1ª edição 1981, Nova edição revistada e corrigida 1994, 273p.

TORRES Anália e SILVA Francisco Vieira da, « Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres », *Sociologia. Problemas e práticas*, nº28, 1998, pp. 9-65.